



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

## ***OCCASIONAL PAPER N.º 51***

### **A VOTAÇÃO CRUCIAL**

*Patrícia Daehnhardt,*  
*IPRI-UNL*

29 | Setembro | 2011

Como esperado, no voto crucial esta manhã sobre a aprovação de um novo pacote de ajudas à Grécia, o parlamento alemão votou favoravelmente. O Bundestag aprovou o alargamento do novo pacote de ajuda financeira de 440 mil milhões de euros do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, com 523 votos a favor, 85 contra e 3 abstenções. Após semanas de intenso debate sobre o papel da Alemanha na crise das dívidas soberanas em alguns estados-membros da zona euro, o Bundestag viabilizou esta ajuda aumentando a sua garantia financeira de 123 para 211 mil milhões de euros. Como principal força económica da União, Berlim assumiu assim a responsabilidade de contribuir para um atenuar da espiral de incerteza, medo e insegurança nos mercados financeiros europeus e internacionais.

Mais decisivamente em relação à votação de hoje foi, contudo, o facto de o governo da Chanceler Angela Merkel ter conseguido garantir a aprovação do pacote com a chamada «maioria da Chanceler» de 315 deputados: perante o cenário possível de rebelia partidária que poderia ter levado vários membros da coligação governamental

CDU/CSU e FDP a votarem contra o pacote e a inviabilizarem a sua aprovação pela maioria governamental, Merkel conseguiu unir à sua volta um consenso partidário superando em quatro votos a maioria necessária de 311 deputados; dez deputados da CDU/CSU e três do FDP votaram contra e uma deputada de cada partido absteve-se.

Esta votação foi crucial por três razões que evidenciam como o futuro da União Europeia depende decisivamente da Alemanha: a reafirmação da estabilidade governativa em Berlim, o contributo alemão para o futuro financeiro dos países membros da zona euro e a continuidade do compromisso da Alemanha com a integração europeia.

Em primeiro lugar, os últimos meses foram difíceis para a coligação governamental, que se viu fragilizada, e Merkel oscilou entre uma posição inicialmente hesitante e uma liderança política pouco assertiva. Por um lado, a acção do governo foi condicionada pela realização de eleições em sete estados federados nos últimos oito meses cujos resultados, quando prejudiciais ao governo, foram instrumentalizados para criticar a sua política europeia. Por outro lado, na política externa, com a abstenção da Alemanha na votação do Conselho de Segurança sobre a intervenção da NATO na Líbia, em Março de 2011, Berlim sujeitou-se, desnecessariamente, a uma onda de críticas generalizada que danificou a sua imagem como actor internacional responsável. Contudo, os acontecimentos do mês de Setembro acabaram por consolidar a posição da Chanceler que reafirmou a sua estabilidade governativa. Com as últimas eleições regionais, no Estado de Berlim, em 18 de Setembro, cujo resultado reconduziu o líder, do SPD, no seu cargo, mas numa posição mais fragilizada, e a CDU com um pequena recuperação de votos, a Chanceler conseguiu ver encerrado o capítulo de eleições regionais sem consequências demasiadamente prejudiciais à coligação em Berlim (apesar de no Estado de Bade-Vurtemberg, o mais rico, a CDU ter perdido o monopólio de 60 anos no poder a favor de uma coligação Verdes/SPD) e terá agora uma pausa até Maio de 2012 no calendário eleitoral doméstico.

A acrescentar, o Tribunal Constitucional Federal (TCF), um dos órgãos de soberania mais respeitados no país e que este ano celebra 60 anos, fortaleceu a posição negocial do governo quando, a 7 de Setembro, emitiu um parecer que rejeitou três queixas sobre a possível inconstitucionalidade do pacote de ajudas à Grécia apresentadas por cidadãos alemães. Simultaneamente, o veredicto do TCF assegurou ao Bundestag um maior envolvimento em votações futuras sobre ajudas financeiras e manteve a pressão sobre o governo para que não haja mais transferências de poder para as instituições comunitárias, o que exigiria uma alteração da Lei Fundamental alemã. Por último, o voto favorável dos 226 deputados da CDU/CSU e 89 da FDP na votação

de hoje, permitiu uma maioria que invalidou potenciais pedidos de eleições legislativas antecipadas pelos partidos da oposição no caso em que Merkel não tivesse conseguido garantir a disciplina partidária e estivesse dependente dos votos favoráveis da oposição.

Em segundo lugar, a aprovação do novo pacote de ajuda financeira à Grécia por parte do Parlamento alemão envia um sinal político importante para a estabilidade na zona euro, ao mostrar que apesar do aumento das vozes eurocéticas alemãs, o país que constituiu o motor da União e que é simultaneamente um dos que mais tem beneficiado económica e politicamente da UE, mantém o seu compromisso com a recuperação da zona euro e a resolução da crise das dívidas soberanas.

Por último, neste terreno fértil para acusações de eurocepticismo e exaltações de populismo anti-europeu importa realçar que a Alemanha não se tornou menos europeísta na condução da sua política europeia. Que exista um aumento de vozes eurocéticas junto do eleitorado e isoladamente no quadro político interno alemão, que o pequeno partido liberal da coligação, FDP, tentasse aproveitar a disposição do eleitorado quanto às ajudas à Grécia nas recentes eleições para o Estado de Berlim, sendo contudo penalizado nem obtendo os 5 por cento necessários para integrar o Senado berlinense, e que o partido neo-comunista, Die Linke, tenha uma postura anti-UE não invalida o percurso continuamente pró-europeu dos principais partidos políticos alemães. O europeísmo alemão persiste, e a Alemanha considera a União Europeia, e a sua inserção nela, peça chave da sua existência enquanto Estado europeu. Mas Berlim revela cada vez menos inibições para condicionar a sua posição política europeia a exigências e garantias económicas e financeiras em prol da manutenção da estabilidade e repartir os custos que tal implica. O que, de resto, para estudantes de política internacional, não será surpreendente: o Estado que tem mais poder no seio de um agrupamento de estados lidera (realistas) ou deve liderar (institucionalistas liberais) na defesa do seu interesse (que já nem para realistas é exclusivamente um interesse nacional). Por isso, a lógica alemã não é menos europeísta por defender que quem tiver interesse em manter a estabilidade da UE tem de concordar em apertar os mecanismos de controlo e de sanção face a estados-membros que não cumpram critérios com os quais se comprometeram previamente. A Alemanha, contudo, não poderá excluir-se desta equação.

É verdade que a crise despoletou um forte debate interno na Alemanha, que não terminará com a votação de hoje (29 de Setembro); e também é verdade que os restantes estados-membros da zona euro, que tanto olham para a Alemanha, na expectativa de liderança, sabem que nunca o futuro da integração europeia dependeu

tanto de Berlim como hoje. Apesar desta situação, a realidade é que as lideranças políticas europeias vêm-se limitadas na sua capacidade de resolver a problema das dívidas soberanas e o reflexo desta crise sobre a economia global já se está a tornar visível. A votação de hoje, crucial e positiva, foi por isso apenas uma resposta para evitar um agudizar ainda mais severo da crise, mais do que um primeiro passo para a supressão da mesma.